

# **AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: significados e perspectivas**

Carlos Alves do Nascimento \*

## **RESUMO**

Apoiado em informações processadas a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1992 a 1999), o presente trabalho desfaz a idéia de que a pluriatividade encontra ambiente favorável ao seu desenvolvimento em regiões com economias locais mais dinâmicas e modernas. Procura mostrar também que o desenvolvimento (ou o não desenvolvimento) da pluriatividade – e sua influência sobre o conjunto da agricultura familiar – depende fundamentalmente de concepções e ações políticas (políticas públicas) e não necessariamente de questões econômicas (o dinamismo de economias locais) ou sociológicas (as “estratégias familiares”).

## **ABSTRACT**

Based on information of Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (from 1992 to 1999), the present paper aims to undo the idea that pluriactivity finds favorable environment to its development in regions with dynamic and modern local economies. This paper also points out that the development (or the not development) of the pluriactivity – and its influence over the family farm – depends fundamentally on political conceptions and political actions, and not necessarily on economic issues (the dynamism of local economies) nor on sociological issues (the “family strategies”).

---

\* Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente do Instituto de Economia da Unicamp.

## 1. Introdução

O presente trabalho incorpora o componente político na discussão sobre a relação existente entre agricultura familiar e pluriatividade<sup>1</sup>. O componente político é de crucial importância para a compreensão do significado e das perspectivas da pluriatividade no Brasil e, subsequentemente, da sua função junto à agricultura familiar. Sem este componente parece ser possível atribuir explicações somente para a *existência* da pluriatividade em determinados contextos regionais. Todavia, será mostrado o quanto ele é imprescindível para a explicação das diferentes *trajetórias evolutivas* (de expansão ou de involução) e do significado das tendências da pluriatividade (e da agricultura familiar) nos distintos contextos regionais do país.

Os dados que serão apresentados mais adiante – sobre os quais se apóiam as argumentações do texto – revelam que, no Brasil, ao contrário do que se poderia julgar, a pluriatividade prolifera muito mais em regiões pobres (caso do Nordeste) do que em regiões que passaram por processos de modernização tecnológica e crescimento econômico (caso da região Sul). E que é no Nordeste e não na região Sul onde a pluriatividade tem cumprido o papel de sustentar a agricultura familiar. Mais ainda, numa futura conjuntura de crescimento econômico e modernização das estruturas agrícolas no Nordeste a tendência apontada pelos dados não autoriza aguardar um maior crescimento da pluriatividade (e da agricultura familiar), mas o contrário.

As diferentes abordagens sobre a pluriatividade já desenvolvidas no Brasil<sup>2</sup> não são suficientes para dar respaldo a estas afirmações, pois limitam-se a investigar as especificidades da pluriatividade em determinadas regiões (localidades) no tocante à sua *existência* e não à sua *evolução*. Para tal, faz-se necessário incorporar o elemento político. É o que se pretende fazer.

Antes, contudo, convém esclarecer que os *tipos de famílias* aqui analisados são classificados pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria, assalariado, não-ocupado)<sup>3</sup> e, em seguida, pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não agrícola, pluriativo)<sup>4</sup>. Esta tipologia de famílias é a mesma construída pelo Projeto Rurbano (IE/NEA/UNICAMP).

---

<sup>1</sup> Sobre essa discussão consultar, entre outros, Anjos (2003) e Schneider (2003).

<sup>2</sup> Por exemplo, Anjos (2003), Schneider (2003), Souza (2000), Mattei (1999), Kageyama (1998), entre outros.

<sup>3</sup> Se na família houver algum membro empregador, tal família é classificada como empregadora. Não havendo nenhum empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria. Na ausência de empregador e de conta-própria a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado na semana de referência da PNAD como tal. Não havendo nenhum ocupado na família a mesma é considerada como família de não-ocupados.

<sup>4</sup> Se, por exemplo, numa família de conta-próprias tiver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então esta família é classificada como de conta-própria agrícola. Caso a referida família de conta-própria tivesse pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor esta seria uma família de conta-própria

O conceito de *pluriatividade* adota a família como unidade de análise introduzindo no centro das atenções as atividades não-agrícolas exercidas pelos membros da família – independente de serem desempenhadas dentro ou fora da exploração agrícola. O termo pluriatividade se refere à análise das atividades realizadas, em adição à atividade agrícola *strictu sensu*, tais como o assalariamento em outras propriedades, o processamento de alimentos, outras atividades não-agrícolas realizadas na propriedade, como o turismo rural e as atividades fora da fazenda, referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Enfim, trata-se, *grosso modo*, da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no interior da unidade familiar – dentro ou fora do estabelecimento.

Os tipos de famílias pluriativas adotados neste trabalho estão formados de acordo com as seguintes combinações de ramos de atividades: 11 deles combinam atividade agrícola<sup>5</sup> com um ramo específico de atividade não agrícola<sup>6</sup>; e um outro tipo de família pluriativa que concilia atividade agrícola com mais de um ramo de atividade não agrícola (agrícola *com* não-agrícola). Portanto, doze tipos de famílias pluriativas *intersectoriais*, além da pluriatividade tradicional (agrícola *com* agrícola, entre as famílias de conta-próprias), cujo resultado são 13 tipos de famílias pluriativas: i) agrícola *com* agrícola; ii) agrícola *com* não-agrícola; iii) agrícola *com* indústria de transformação; iv) agrícola *com* indústria da construção; v) agrícola *com* outras atividades industriais; vi) agrícola *com* comércio de mercadorias; vii) agrícola *com* transporte e comunicações; viii) agrícola *com* serviços auxiliares da atividade econômica; ix) agrícola *com* prestação de serviços (*sem* SDR – serviço doméstico remunerado); x) agrícola *com* serviço social; xi) agrícola *com* administração pública; xii) agrícola *com* outras atividades (não agrícolas); xiii) agrícola *com* SDR (serviço doméstico remunerado).

---

pluriativa – é considerado família de conta-própria pluriativa “tradicional” no caso de combinação de um conta-própria agrícola e um assalariado agrícola na mesma família (não consideramos pluriativa “tradicional” a família de assalariados que tem dois, ou mais, membros assalariados agrícolas). Se o caso fosse de pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura esta seria uma família de conta-própria não-agrícola. As mesmas combinações podem ser repetidas para as famílias de assalariados e de empregadores.

<sup>5</sup> Agrícola entenda-se por agropecuária.

<sup>6</sup> Os ramos de atividade não agrícolas correspondem aos que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD agrega nas seguintes categorias descritivas: i) indústria de transformação; ii) indústria de construção; iii) outras atividades industriais; iv) comércio de mercadorias; v) prestação de serviços (*sem* SDR – serviço doméstico remunerado); vi) serviços auxiliares da atividade econômica; vii) transporte e comunicação; viii) serviços sociais; ix) administração pública; x) outras atividades; xi) o crescimento e expansão do número de casos de emprego doméstico no país tem se revelado um fenômeno tão expressivo e relevante que o próprio IBGE resolveu classificá-lo, a partir das novas PNADs de 1992 em diante, como uma posição na ocupação em separado da categoria de trabalhadores ocupados. Por esta razão considera-se também a combinação ‘agrícola *com* SDR (serviço doméstico remunerado)’.

As análises seguintes ficarão restritas ao conjunto de famílias ‘conta-próprias’ e ‘assalariados’ residentes nas áreas rurais não-metropolitanas denominadas *rural agropecuário*<sup>7</sup>. Justifica-se isso pelo fato de que para o Brasil como um todo e para as regiões em particular (especialmente Nordeste e Sul), todos os tipos de famílias definidas pela posição na ocupação (empregadoras, conta-próprias, assalariadas e não-ocupadas) declararam residência (PNAD 1999), em sua grande maioria (uma média que varia entre 65,0% a 80,0%), nas áreas não-metropolitanas. Por outro lado, foi nas áreas *rurais agropecuárias* onde se concentraram as famílias rurais não-metropolitanas (variando a proporção, na média, entre 83,0%, no total geral das áreas rurais não-metropolitanas das regiões). A maior concentração de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias é das famílias conta-próprias e assalariadas (variando entre as regiões numa média de, ambas somadas, 84,0% do total de famílias), em 1999.

Considera-se, neste trabalho, como o universo da *agricultura familiar* a soma dos tipos de famílias de ‘empregadores’ (com até 2 empregados) e de ‘conta-próprias’ – ambos agrícolas e pluriativos. No entanto, em virtude deste trabalho se concentrar nos dois tipos ‘conta-próprias’ e ‘assalariados’, nosso universo identificado com a agricultura familiar restringe-se ao conjunto de famílias conta-próprias (agrícolas e pluriativas). A discussão posteriormente realizada sobre “agricultura familiar e pluriatividade” não ficará comprometida, já que o percentual de famílias de ‘empregadores com até 2 empregados’ sobre o total (‘empregador com até 2 empregados’ mais ‘conta-próprias’) corresponde na média nacional a apenas 1,03%, e nas regiões aqui em análise (Nordeste e Sul), a porcentagem média gira em torno de 2,4%. O que equivale a dizer que o percentual de famílias conta-próprias no universo da *agricultura familiar* gira em torno de 98,0%, isto é, um contingente altamente representativo das análises realizadas.

Segundo essa classificação, do universo da agricultura familiar presente nas áreas rurais agropecuárias de todo o Brasil (3,1 milhões de famílias) 56,6% residiam na região Nordeste e 20,8% na região Sul. Portanto, o Nordeste e o Sul abarcavam juntos 77,4% de todo o conjunto da

---

<sup>7</sup> As áreas censitárias consideradas rurais pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, compreendem cinco tipos: 1) área rural de extensão urbana; 2) aglomerado rural (povoado); 3) aglomerado rural núcleo; 4) aglomerado rural (outros); 5) área rural exclusiva aglomerado rural. O *rural agropecuário*, portanto, é constituído pela soma dos números 3 e 5. A ideia de separar o *rural agropecuário* é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente agrícolas que são por excelência espaços apropriados por um único dono (público ou privado).

agricultura familiar, em 1999<sup>8</sup>. Por esta razão, os argumentos desenvolvidos ao longo do texto terão por base a comparação destas duas regiões.

Além dessa introdução o texto contém mais quatro itens. O primeiro, desfaz a idéia corrente de que é em regiões de economias locais mais dinâmicas e modernas onde a pluriatividade encontra ambiente favorável ao seu desenvolvimento. O segundo, mostra que o desenvolvimento (ou o não desenvolvimento) da pluriatividade em regiões de economia mais (ou menos) dinâmicas depende precipuamente de concepções (e ações) de políticas públicas e não apenas de questões econômicas (economias locais) ou sociológicas (“estratégias familiares”). O terceiro, faz uma breve análise das condições materiais de vida das famílias rurais do Nordeste e do Sul, respaldando algumas conclusões do item anterior. O quarto e último item, faz uma síntese dos pontos centrais desenvolvidos ao longo do texto.

## 2. Pluriatividade e Agricultura Familiar

Através do processamento dos microdados das PNADs (1992 a 1999) é possível verificar, observando a evolução das famílias rurais agropecuárias, que, no Brasil, a pluriatividade tem cumprido o papel de servir como uma alternativa de sobrevivência e resistência da agricultura familiar muito mais em regiões pobres (caso do Nordeste) e bem menos em regiões “modernizadas” que têm descentralizado em seus espaços interioranos (economias locais) mais oportunidades econômicas (caso da região Sul: industrialização difusa).

A tabela 1 mostra, em primeiro lugar, que embora em ambos os períodos abordados (1992-1999 e 1992-1995) a pluriatividade total na região Nordeste, entre as famílias de conta-próprias, tenha permanecido estável – do ponto de vista da significância estatística –, quatro tipos de famílias pluriativas nordestinas apresentaram altas taxas de crescimento positivas e significativas<sup>9</sup>, no período 1995-1999. Na região Sul, diferentemente, só se verificam, na sua maioria, taxas significativas de crescimento negativas dos tipos de famílias conta-próprias

---

<sup>8</sup> Segundo a metodologia utilizada no Relatório do MDA/INCRA/FAO (2000) – “Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto”, as regiões Nordeste e Sul, juntas, abrigavam 71,0% dos estabelecimentos da agricultura familiar (dados extraídos do Censo Agropecuário 1995/1996).

<sup>9</sup> Os tipos são: ‘agrícola *com* não-agrícola’ (12,0%), ‘agrícola *com* indústria da construção’ (31,6%), ‘agrícola *com* transporte e comunicação (18,5%)’, ‘agrícola *com* serviço social (7,2%)’.

pluriativas, em ambos os períodos<sup>10</sup> – assim como também do total das famílias conta-próprias pluriativas (2,2%), na média do período 1992-1999.

Tabela 1: Evolução dos tipos de famílias segundo a região e o local de domicílio: 1992/99 e 1995/99. (1.000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NE	NE	NE	Sul	Sul	Sul
	1999 (1000)	tx cresc. (% aa.) <sup>a</sup>	tx cresc. (% aa.) <sup>a</sup>	1999 (1000)	tx cresc. (% aa.) <sup>a</sup>	tx cresc. (% aa.) <sup>a</sup>
		1992/99	1995/99		1992/99	1995/99
<b>NÃO METROPOLITANO</b>						
<b>RURAL AGROPECUÁRIO</b>						
<b>Conta-Própria</b>	1799	1,6 **	1,9	671	-2,0 ***	-2,0 ***
<b>Agrícola</b>	1015	1,7	-0,4	467	-2,9 ***	-2,6 ***
<b>Pluriativo</b>	653	0,7	5,4	138	-2,2 **	-2,8
Agrícola com Agrícola	199	1,8	-0,5	27	-4,0 ***	-5,5 ***
Agrícola com não-agrícola	239	2,5	12,0 ***	51	1,5	1,8
Agrícola com ind transformação	19	-10,9 ***	-7,1	15	-5,1	-3,8
Agrícola com ind construção	48	8,1	31,6 ***	5	--	--
Agrícola com out ativ industrial	6	--	--	2	--	--
Agrícola com comércio	21	-5,6 *	-6,2	6	-5,8	-6,8
Agrícola com transp. e comunicação	6	11,2 ***	18,5 *	2	--	--
Agrícola com serv aux ativ econômica	1	--	--	2	--	--
Agrícola com prestação serviços	22	-6,7 *	-1,2	4	-10,3 ***	-16,0 *
Agrícola com serviço social	55	-1,4	7,2 *	8	-10,7 ***	-15,9 ***
Agrícola com admin. pública	11	6,2	7,7	3	--	--
Agrícola com outras atividades	1	--	--	1	--	--
Agrícola com SDR	26	4,5 **	-1,2	13	2,5	0,5
<b>Não-agrícola</b>	131	5,9 ***	3,9	67	9,4 ***	5,9
Não-agrícola sem SDR	124	5,7 ***	3,0	62	8,9 ***	5,6
Não-agrícola com SDR	7	--	--	5	--	9,2 *
<b>Assalariados</b>						
<b>Agrícola</b>	852	-0,1	2,6 *	428	3,2 ***	4,4 ***
<b>Pluriativo</b>	462	-2,6 *	-4,8	185	0,5	1,3
<b>Não-agrícola</b>	161	1,4	16,9 *	42	-1,0	-3,8
Agrícola com não-agrícola	71	4,1	24,0 *	18	0,7	-2,3
Agrícola com ind transformação	9	-2,3	14,9	5	-3,0	0,6
Agrícola com ind construção	25	3,6	48,3	0	--	--
Agrícola com out ativ industrial	2	--	--	0	--	--
Agrícola com comércio	3	--	--	1	--	--
Agrícola com transp. e comunicação	1	--	--	0	--	--
Agrícola com serv aux ativ econômica	2	--	--	1	--	--
Agrícola com prestação serviços	3	--	--	1	--	--
Agrícola com serviço social	20	-6,0	2,8	2	--	--
Agrícola com admin. pública	3	-10,2	-6,7	1	--	--
Agrícola com outras atividades	1	--	--	0	--	--
Agrícola com SDR	23	4,2 *	-1,7	14	3,4	-2,0
<b>Não-agrícola</b>	230	5,8 *	12,5 *	201	7,6 ***	10,1 ***
Não-agrícola sem SDR	204	5,4	13,3 **	165	6,8 ***	10,0 ***
Não-agrícola com SDR	26	9,5 ***	6,6	35	12,9 ***	10,6 **

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações na amostra

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam, respectivamente, 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD 1992-1999 – Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp

<sup>10</sup> Nascimento (2002) havia concluído, propositivamente, sobre a importância de se estudar a pluriatividade de forma o mais desagregadamente possível em diferentes tipos de famílias, de modo a evitar o efeito de um determinado tipo sobre outros. É o que buscamos fazer no presente trabalho.

Importante verificar também que a soma das famílias conta-próprias pluriativas *intersectoriais* nordestinas (455 mil) é igual a 4,1 vezes o total de suas congêneres sulinas (110 mil), em 1999. Esta diferença ganha mais significado para os propósitos deste trabalho quando se considera que o efetivo da agricultura familiar (composto pelas famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativos) no Nordeste (1,7 milhão de famílias) possui diferença relativamente menor (2,8 vezes) em relação ao efetivo da agricultura familiar da região Sul (605 mil famílias). Esses números demonstram, para o que nos interessa mais de perto, que a pluriatividade intersectorial (no seio da agricultura familiar) no Nordeste é mais expressiva do que no Sul, não porque o universo populacional rural da agricultura familiar é maior no Nordeste. Pelos números apresentados essa afirmação está descartada. Adiante serão expostas outras explicações para isso<sup>11</sup>.

Complementando o que até aqui extraímos da tabela 1, a tabela 2 apresenta taxas de crescimento das famílias de conta-próprias (agrícolas e pluriativas) com algum membro com algum tipo de acesso à terra, segundo faixas de tamanho de área dos estabelecimentos onde exercem as atividades agropecuárias, nos períodos analisados (1992/1999 e 1995/1999). Nessa tabela, pode-se ver que em todas as faixas é na região Nordeste onde mais ocorrem expressivas taxas positivas e significativas de crescimento de diferentes tipos de famílias pluriativas, em ambos períodos abordados, reforçando as observações tecidas acima. No Sul, por sua vez, em cada um dos períodos, só se nota um único caso de crescimento da pluriatividade para as faixas de área entre 20ha e 100ha, assim mesmo com taxas bem inferiores às observadas para as famílias pluriativas nordestinas.

Em segundo lugar, a tabela 1 revela outro ponto muito importante. O de que nas áreas rurais agropecuárias da região Sul, em ambos períodos aqui tratados (1992-1999 e 1995-1999), em geral as famílias de trabalhadores conta-próprias diminuem. E isso ocorre em função muito mais da contração do universo da **agricultura familiar** (famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas) do que em virtude do comportamento das famílias de conta-próprias não-agrícolas, uma vez que este último tipo familiar, ao contrário, só apresentou taxas positivas e significativas de crescimento.

---

<sup>11</sup> Cabe frisar ainda que a soma dos contingentes dos quatro tipos de famílias conta-próprias pluriativas nordestinas que apresentam taxas significativas e positivas de crescimento, conforme dito acima, corresponde a 77,6% do total das famílias conta-próprias pluriativas intersectoriais, evidenciando a sua alta representatividade.

Tabela 2: Evolução dos tipos de famílias conta-próprias (agricultura familiar: agrícolas e pluriativos) segundo o local de domicílio e faixa de área, 1992/1999 e 1995/1999

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Menos de 20 ha.	de 20 a menos de 100 ha.	de 100 ha e mais.	menos de 20 ha.	de 20 a menos de 100 ha.	de 100 há e mais.
	tx cresc. (% aa.) 1992/99 <sup>a</sup>	tx cresc. (% aa.) 1992/99 <sup>a</sup>	tx cresc. (% aa.) 1992/99 <sup>a</sup>	tx cresc. (% aa.) 1995/99 <sup>a</sup>	tx cresc. (% aa.) 1995/99 <sup>a</sup>	tx cresc. (% aa.) 1995/99 <sup>a</sup>
<b>NÃO METROPOLITANO</b>						
<b>RURAL AGROPECUÁRIO</b>						
<b>Conta-próprias</b>						
<b>Nordeste</b>						
<b>faixa de área (total de famílias conta-próprias)</b>	2,3 *	5,7 ***	5,8 ***	0,0	7,7 ***	6,9 *
<b>Agrícola</b>	2,0	6,0 ***	6,7 ***	-3,1	6,7 *	7,2
<b>Pluriativo</b>	2,7 *	5,0 *	4,0 ***	5,3	10,7 *	6,9 **
Agrícola com Agrícola	5,1 **	1,8	--	0,4	-0,6	-4,2
Agrícola com não-agrícola	3,8	5,4 *	7,1 *	12,1 ***	16,4 ***	16,2 **
Agrícola com ind transformação	-6,7 **	--	--	-3,2	--	--
Agrícola com ind construção	9,4	8,0	--	26,5 ***	34,7 **	--
Agrícola com out atividade industrial	--	--	--	--	--	--
Agrícola com comércio	-5,5	--	--	-12,8	1,3	--
Agrícola com transp e comunicação	--	--	--	--	--	--
Agrícola com serv aux ativ econôm.	--	--	--	--	--	--
Agrícola com prestação serviços	-4,4	--	--	-5,6	--	--
Agrícola com serviço social	-1,9	10,1 ***	--	9,7 **	10,0 *	--
Agrícola com administração pública	3,1	--	--	2,2	--	--
Agrícola com outras atividades	--	--	--	--	--	--
Agrícola com SDR	7,1 *	--	--	0,6	--	--
<b>Sul</b>						
<b>faixa de área (total de famílias conta-próprias)</b>	-7,1 ***	-1,7 ***	3,0 ***	-6,3 **	-2,5 **	5,2 *
<b>Agrícola</b>	-8,0 ***	-2,2 ***	5,3 ***	-6,8 ***	-3,0 **	7,6 **
<b>Pluriativo</b>	-4,7 ***	1,4	-6,0 **	-5,1	-0,1	-6,0
Agrícola com Agrícola	-8,7 ***	-2,8	--	-5,3	-7,8	--
Agrícola com não-agrícola	2,6	4,7 *	--	-0,2	8,9 *	--
Agrícola com ind transformação	--	-6,6	--	--	-10,1	--
Agrícola com ind construção	--	--	--	--	--	--
Agrícola com out atividade industrial	--	--	--	--	--	--
Agrícola com comércio	--	--	--	--	--	--
Agrícola com transp e comunicação	--	--	--	--	--	--
Agrícola com serv aux ativ econôm.	--	--	--	--	--	--
Agrícola com prestação serviços	--	--	--	--	--	--
Agrícola com serviço social	--	-7,0 ***	--	--	-12,2 **	--
Agrícola com administração pública	--	--	--	--	--	--
Agrícola com outras atividades	--	--	--	--	--	--
Agrícola com SDR	0,2	1,2	--	-5,1	-2,5	--

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%

Fonte: PNAD 1992 a 1999 – Tabulações Especiais Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp

Esses dados revelam um *relativo* desacordo com a hipótese levantada em Schneider (2003) e em Anjos (2003) de que a pluriatividade é uma das chaves explicativas para o entendimento da “*tenacidade da agricultura familiar* [na região Sul do Brasil] *que resiste em um contexto permanentemente instável e, por vezes, bastante adverso*” (Anjos: 89; grifo meu).

Os dados enfatizam, porém, que a agricultura familiar tem resistido mais no Nordeste e menos no Sul. Nesta região a pluriatividade **não** está cumprindo o papel de sustentar a agricultura familiar satisfatoriamente, uma vez que as famílias conta-próprias diminuem ano a ano. Só não diminuiram mais em virtude do crescimento das famílias conta-próprias não-agrícolas, as quais vêm crescendo mais acelerado do que seus pares urbanos (comparar tabelas 1 e 3).



Tabela 3: Evolução dos tipos de famílias conta-próprias segundo a região e o local de domicílio: 1992/99 e 1995/99.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	NE	Sul	NE	Sul
	tx cr. (% aa.) 1992/99 <sup>a</sup>	tx cr. (% aa.) 1992/99 <sup>a</sup>	tx cr. (% aa.) 1995/99 <sup>a</sup>	tx cr. (% aa.) 1995/99 <sup>a</sup>
<b>NÃO METROPOLITANO</b>				
<b>URBANIZADO</b>				
<b>Conta-Própria</b>	2,8 ***	3,0 ***	2,5 **	1,5 *
Agrícola	3,2 **	0,7	3,0	-0,7
Pluriativo	1,2 *	-4,2 **	2,6 *	-4,8
<b>Não-agrícola</b>	3,1 ***	3,8 ***	2,3 **	2,2 ***
Não-agrícola sem SDR	3,2 ***	4,0 ***	2,6 ***	2,2 ***
Não-agrícola com SDR	2,0	1,6	-1,0	2,8

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD 1992 a 1999 – Tabulações Especiais Projeto Rurbano, IE/Unicamp

Na região Nordeste as famílias conta-próprias permanecem estáveis no período 1995-1999 e acusam taxas positivas e significativas de crescimento na média do período 1992-1999 (tabela 1). Nesta região “ainda” se percebe o efeito positivo da evolução da pluriatividade tanto sobre as famílias de conta-próprias (agricultura familiar) quanto sobre as famílias de assalariados.

A partir dos dados apresentados acima pode-se supor que a modernização da agricultura e o crescimento econômico consoante ocorreu na região Sul (nos moldes da “modernização dolorosa”<sup>12</sup>), fez com que a *agricultura familiar*, na ausência do poder público estimulando deliberadamente a construção de uma “cultura da pluriatividade”, cedesse espaço para as famílias não-agrícolas de conta-próprias e de assalariados (tabela 1).

É difícil aceitar o argumento de que uma das explicações para a queda da pluriatividade nas áreas rurais do Sul do país seja a perda de plantas industriais do setor de “*calçados e confecção, os quais optaram por suspender parcial ou totalmente o funcionamento de unidades de produção instaladas na zona rural dos municípios e/ou em pequenas localidades*” (Anjos, 2003: 305). Schneider e Navarro também procuram explicar a diminuição do contingente de famílias pluriativas no estado do Rio Grande do Sul, nos anos 90, atribuindo ao “*estancamento das atividades da indústria calçadista no estado, grandemente promotora desse tipo de ocupação e combinação com domicílio rural...*” (Schneider & Navarro, 2000: 39).

A dificuldade de aceitar referidos argumentos repousa no acelerado crescimento das famílias não-agrícolas (conta-próprias e assalariados) no rural agropecuário da região Sul, uma vez que o suposto efeito negativo da redução das atividades do setor calçadista e têxtil sobre as

<sup>12</sup> Termo cunhado por Graziano da Silva (1981).

famílias pluriativas deveria ter se refletido também sobre as famílias rurais não-agrícolas dessa região, porém, não é, em absoluto, o que os dados ressaltam.

Portanto, afirmar que um futuro crescimento econômico das áreas interioranas urbanas (pequenas e médias cidades) de regiões pobres (caso do Nordeste) seja importante – pode-se afirmar mesmo que seja imprescindível – para se gerar novas oportunidades econômicas em seus entornos rurais, é uma afirmação válida e é necessário que ganhe ressonância crescente em todos os segmentos da sociedade. Por outro lado, diferentemente disso, é esperar que dessa futura dinâmica resulte uma concomitante expansão da pluriatividade intersetorial. Essa é uma suposição que os dados não confirmam para a região Sul (uma das regiões do Brasil com maior progresso econômico *vis-à-vis* a região Nordeste).

Nesses termos, a região Nordeste deve repetir o caminho da “modernização dolorosa” ocorrida no Centro-Sul do Brasil, como uma forma de promover mais pluriatividade e “fortalecer” a agricultura familiar? As tabelas acima apresentadas mostram para onde apontam os dados (em relação à região Sul) caso esta seja a opção das autoridades econômicas: menos pluriatividade, menos agricultura familiar e mais famílias de assalariados e conta-próprias não-agrícolas (e mais, também, famílias de não-ocupados, conforme veremos adiante).

### **3. Agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas**

Outro ponto importante a ser desenvolvido (e defendido) neste trabalho é o de que se os diferentes segmentos da sociedade decidirem, consensualmente, imputar à pluriatividade o papel de servir de instrumento para fortalecer a agricultura familiar para que esta também cumpra seu papel de suporte para o desenvolvimento econômico rural<sup>13</sup>, então, o Estado terá que intervir para que isso se concretize.

Sem a intervenção pública o resultado será o que mostra a tendência dos dados apresentados, traduzida em queda da pluriatividade intersetorial, redução das famílias agrícolas e, subsequente, diminuição do universo representativo da agricultura familiar; e, de outro lado, o crescimento das famílias de conta-próprias não-agrícolas e das famílias de assalariados (e das famílias de não-ocupados, como será conferido mais à frente). Este é o cenário, *grosso modo*, que se pode esperar que ocorra no Nordeste em um contexto de crescimento econômico (das

---

<sup>13</sup> Schneider (2003), Anjos (2003).

“economias locais”) e modernização tecnológica das unidades familiares produtivas, na ausência do planejamento e intervenção estatais (à semelhança da Europa sob a égide da Política Agrícola Comum – PAC, conforme comentários adiante).

A pluriatividade deve ser, em grande medida, planejada e forjada “conscientemente” através de políticas públicas voltadas para promovê-la. Ela pode surgir “espontaneamente” como resultado da combinação<sup>14</sup> de fatores externos<sup>15</sup> e internos<sup>16</sup> ao ambiente familiar. Entretanto, ela só prospera de forma sustentável se tiver por trás dela o suporte das políticas públicas, específicas para esse objetivo. Em regiões e países que sofreram processos de crescimento econômico e modernização de suas estruturas produtivas e das relações de trabalho, para que a pluriatividade exiba trajetória ascendente ela deve ser, primeiramente, compreendida e aceita socialmente como instrumento importante para o futuro do mundo “rural”. Portanto, deve ser pensada, planejada e provocada. Nesse sentido é que a pluriatividade somente manifestará tendência de se desenvolver progressivamente se ela for estimulada “conscientemente” (ou “inconscientemente”, dependendo das circunstâncias históricas), já que não dá para esperar que ela “floresça” (não somente “brote”) automaticamente pela influência dos mecanismos de mercado, nem muito menos pelas iniciativas internas às unidades familiares (as chamadas “estratégias familiares”).

Nesses termos, assim como a pluriatividade é um “fenômeno” a ser planejado e construído (para que brotado, floresça), da mesma forma o mesmo deve ocorrer em relação às ditas “estratégias familiares”. Ou seja, as tomadas de decisões internas dos membros familiares, no que toca às alternativas (quando as têm) entre recorrer a determinadas fontes de ocupação e renda, também precisam ser provocadas. Não há “estratégia familiar” (decisão por diversificar setores de atividades conciliando-os com a agricultura) pró pluriatividade que seja totalmente imune a um “bom” estímulo externo (leia-se políticas públicas). As “estratégias familiares” pró pluriatividade podem ocorrer aqui e acolá, contudo, não ao ponto de se tornarem um “fenômeno” em ascensão. Para tal, necessitam ser incitadas. Quanto mais atrativos forem os estímulos externos mais as “estratégias familiares” (sobrevivência ou reposição de ativos produtivos) se inclinarão para a pluriatividade.

---

<sup>14</sup> Anjos (2003) e Kageyama (1998) sugerem que é importante considerar a combinação de fatores externos e internos ao ambiente familiar para explicar a especificidade da pluriatividade em diferentes regiões.

<sup>15</sup> Mattei (1999) e Souza (2000) ressaltam a importância das transformações no ambiente externo sobre as decisões familiares por diversificarem atividades.

<sup>16</sup> Schneider (2003) dá maior ênfase, para o entendimento da pluriatividade, às dinâmicas “microsociais” internas às famílias (as “estratégias familiares”).

É assim que ocorre nos países da Comunidade Econômica Européia (CEE), onde a prosperidade da pluriatividade decorre não da “cultura campesina” do seu passado, mas, sobretudo, de um conjunto de políticas de organização do setor agrícola por parte do Estado, consubstanciadas na Política Agrícola Comum (PAC) em cada um de seus momentos, especialmente a partir da reforma de 1988. Tais políticas fomentaram a busca obsessiva por inovações tecnológicas que foram extremamente bem sucedidas em elevar a produtividade e, por meio desse sucesso, as unidades produtivas familiares puderam liberar parte da força de trabalho familiar para se ocupar em outras atividades. Essa é parte da explicação do “fenômeno” da pluriatividade européia.

A outra parte, decorre da idéia que está sendo desenvolvida neste trabalho. A de que a pluriatividade é um “fenômeno” forjado (construído) “consciente” ou “inconscientemente”. Nos primeiros anos da PAC – pré reforma – a pluriatividade foi viabilizada não somente pelos elevados níveis de produtividade, mas também porque a atividade agrícola entre os pequenos produtores era “viabilizada” pela garantia de realização de toda a sua produção<sup>17</sup>. No ímpeto de atender a amplos interesses (setores e países), através da sua política de preços altos comuns, a PAC garantiu o atendimento prioritário aos produtores mais eficientes e produtivos sem, contudo, penalizar, pela exposição às leis do mercado, os menos eficientes, garantindo a esses últimos a realização da sua produção com preços elevados, não permitindo, desse modo, que houvesse uma ampla exclusão ou ajuste estrutural sobre suas unidades produtivas, as quais sem essa garantia, inerente à PAC, seriam excluídas do processo (Marques, 1988). E, nessa conjuntura, ao meu juízo, ficaria comprometida a configuração de casos de pluriatividade.

Baptista (2000) mostra que a discussão acerca da “viabilidade” ou “inviabilidade” dos estabelecimentos familiares, baseada em critérios de tamanho de área, foi deslocada pela pluriatividade para um outro patamar de discussão. A pluriatividade, para esse autor, veio para encerrar a discussão sobre os “inviáveis”, à medida que a família não tende mais à proletarização, já que pode tornar-se pluriativa com o Estado intervindo para garantir a sua “viabilidade”.

---

<sup>17</sup> O Artigo 39 do tratado de Roma especificava que a PAC deveria ter os seguintes objetivos (os quais em conjunto, suponho terem possibilitado indiretamente a formação de condições favoráveis para o desenvolvimento da pluriatividade na CEE): a) aumentar a produtividade agrícola promovendo o progresso técnico e assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola; b) assegurar um padrão justo de vida para a comunidade agrícola, em particular pelo crescimento dos ganhos individuais das pessoas inseridas nas atividades agrícolas; c) estabilizar os mercados; d) assegurar a disponibilidade da oferta; e) assegurar que a oferta alcance os consumidores a um preço razoável (HILL, 1998).

Dentro dessa ótica de raciocínio, entende-se porque não é à toa que a PAC reformada<sup>18</sup> traz embutido em seu discurso a idéia do *fortalecimento* da pluriatividade como um instrumento “descoberto” – e que deve ser *fomentado* – para solucionar em grande medida os problemas advindos da crise urbano-industrial e dos processos de “desertificação” rural<sup>19</sup>.

No caso de regiões como o Nordeste brasileiro, a sua especificidade repousa precipuamente na sua realidade de atraso econômico, extrema pobreza e por deter o mais expressivo nível de desigualdade de renda do país<sup>20</sup>. Nesse tipo de ambiente, sim, pode-se alegar que o *crescimento* de casos de pluriatividade decorre em grande medida de “estratégias familiares” de sobrevivência, muito mais que de estímulos externos provocados por mercados de trabalho dinâmicos de setores estranhos à agropecuária, já que se tratam de mercados precários em economias locais economicamente debilitadas (sem falar da inexistência de políticas públicas orientadas para aquele fim).

O que importa sublinhar nesse momento, portanto, é que em regiões que vivenciaram transformações econômicas e tecnológicas que alteraram para patamares mais elevados seus sistemas produtivos (aprofundamento das trajetórias de modernização), a pluriatividade somente se desenvolverá (progredirá) com o suporte estatal criando as condições para sua ampliação. Esse é o caso dos países da CEE, mas não é o caso do Sul do Brasil, onde se verificaram transformações econômicas que de certo modo o aproxima muito mais da realidade dos países da CEE do que da economia nordestina. Por que, então, acusa-se ampliação da pluriatividade no meio rural da CEE<sup>21</sup>, e no Sul do Brasil, uma região mais beneficiada pelo progresso econômico

---

<sup>18</sup> A PAC reformada em 1988 trazia embutido alguns objetivos que orientariam os fundos estruturais destinados a dar cabo ao novo objetivo consubstanciado na idéia de desenvolvimento rural, a saber: objetivo 1: desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões em atraso de desenvolvimento, com PIB *per capita* inferior a 75% da média comunitária; objetivo 2: ajuda e reconversão das regiões em declínio industrial; objetivo 3 e 4: inserção profissional dos jovens e ajuda aos desempregados de longa duração; objetivo 5: ajuda ao desenvolvimento rural: 5a) adaptação das estruturas agrícolas, modernização e estruturação da pesca; 5b) desenvolvimento e ajustamento estrutural de zonas rurais. **A reforma de 1992** trouxe como ponto central, o qual nos interessa mais de perto, a mudança da política de preços altos para uma política de **ajudas diretas**, como forma de garantir o complemento de renda aos produtores rurais, independentemente da sua produção (um “bom” estímulo para facilitar as decisões internas às “estratégias familiares” pró pluriatividade!).

<sup>19</sup> Miren Etxezarreta, apresentação do livro de Anjos (2003).

<sup>20</sup> Comparando as regiões do país (entre elas São Paulo), Hoffmann (1999) observou que a escala da distribuição da renda familiar *per capita* tem numa extremidade a região Nordeste exibindo a maior desigualdade e, na outra ponta, o estado de São Paulo com as medidas de desigualdades menos elevadas; as demais regiões ficavam numa situação intermediária. O estudo desse autor também mensura a situação da pobreza nas regiões. Mais uma vez a região Nordeste se destaca “com medidas de pobreza cujo valor está próximo do dobro do observado para o país como um todo” (p. 24); e São Paulo, juntamente com a região Sul, apresenta as medidas de pobreza mais baixas.

<sup>21</sup> Fazendo referência à pesquisa do Arkleton Trust, Schneider relata que entre os anos de 1987 e 1991 houve aumento da pluriatividade em todos os grupos de regiões da citada pesquisa, exceto no grupo B2, evidenciando que “a pluriatividade não é apenas um fenômeno estável na Europa mas que está evoluindo, podendo-se dizer que em 1991 ‘...em torno de 63,8% das propriedades rurais apresentam uma certa proporção de sua força de trabalho engajada na pluriatividade’” (Schneider, 2000: 172).

ocorrido no país face à região Nordeste, particularmente no período pós-Segunda Guerra, os dados referentes à década de 90 denunciam tendência contrária?

Ocorre que na CEE a sociedade entendeu que para a pluriatividade cumprir o papel, a ela designado, deveriam ser elaboradas políticas públicas orientadas para lhe proporcionar o suporte necessário. Sem este apoio as tendências reveladas por diversas pesquisas (desemprego estrutural na indústria e na agricultura, sem completa compensação pelo lado do setor de serviços)<sup>22</sup> servem de evidências para se aguardar a inexorável inocuidade da pluriatividade frente às dimensões dos desafios quanto à ocupação e geração (e elevação) de renda da população rural e sua contenção em seu lugar de origem, entre outros benefícios.

Schneider reconhece – embora ele não imprima ao seu texto a mesma conotação que aqui procura-se enfatizar – que o conjunto de políticas resultantes da reforma da PAC em 1988<sup>23</sup> teve “*um papel decisivo no estímulo à pluriatividade e ao desenvolvimento econômico regional e descentralizado*” (2000: 161; grifos meus). Há que se ter em mente que a PAC mesmo antes da sua reforma continha um conteúdo pró pluriatividade, embora “inconsciente”, à medida em que assegurava aos grandes e aos pequenos produtores (“ineficientes” ou não) a realização de toda a sua produção. Muitos pequenos, mesmo “ineficientes”, mantinham-se no “páreo” porque tinham apoio para tanto e isso certamente favoreceu para muitas famílias uma diversificação de atividades além da agrícola.

Através da determinação de substituir parte dos subsídios à garantia de preços pelas ajudas diretas (reforma de 1992), mantém-se garantido o sustento da agricultura familiar (do “novo agricultor”<sup>24</sup>), das “atividades agrícolas” (não necessariamente voltadas para os mercados de produtos) e, com isso, pretende-se atenuar, senão eliminar, os fluxos migratórios da população rural para as áreas urbanas. Nessa conjuntura, a pluriatividade passou a ser vista como um instrumento de esperança “*como se fora um novo modo de organização social capaz de resolver muitos dos dilemas com que se defrontam as sociedades contemporâneas nos mais distintos contextos*” (Miren Etxezarreta, apresentação do livro de Anjos (2003: viii)).

A pluriatividade não é, portanto, algo que espontaneamente ou “naturalmente” prospera, isento de concepções políticas, de conflitos de classe, de projetos norteadores da construção de

---

<sup>22</sup> Sobre essa temática consultar Gorz (2003; versão em Português), Antunes (1995), Mattoso (1994), entre outros.

<sup>23</sup> Ver nota n.18.

<sup>24</sup> Muitos dos agricultores, antes beneficiados pela PAC, para continuar a sê-lo terão que aceitar a nova identificação com os “jardineiros da natureza” (Etxezarreta, 1995; Hervieu, 1996).

algum tipo de sociedade e de nação. Certamente é pelos motivos brevemente descritos acima, e por tantos outros apoios governamentais, que a pluriatividade progride nos países da CEE.

No sul do Brasil, como não existe tal apoio ao fomento à pluriatividade, esta apenas existe espontaneamente, mas diminui ano a ano (no agregado) e também **não** está cumprindo a contento o papel a ela atribuído de ser o sustentáculo da agricultura familiar, especialmente em se tratando da região onde mais se reúnem as condições histórico-culturais para esta se manter<sup>25</sup>, se não crescendo, pelo menos se manter. Mas, ocorre o contrário. Reforçando os dados apresentados acima, a tabela 4 a seguir ilustra empiricamente essa sentença. Essa tabela mostra as taxas de variação da participação percentual do contingente da agricultura familiar (famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas *com* ou *sem* as famílias de empregadores – agrícolas e pluriativas – com até dois empregados) no total de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias do Nordeste e Sul.

Vê-se na referida tabela que na região Sul houve uma redução significativa da participação da agricultura familiar no total de famílias (conta-próprias, assalariados, empregadores com até dois empregados e não-ocupados)<sup>26</sup>, nos dois períodos em apreço. Na região Nordeste, diferentemente, verifica-se uma estabilidade da proporção da agricultura familiar no universo das famílias em consideração. Pode-se perceber também que as proporções se alteram: no começo da década passada (1992) proporcionalmente a agricultura familiar tinha maior peso no Sul (61,4% ou 62,8%) do que no Nordeste (55,3% ou 56,8%). Contudo, ao final da década (1999), é no Nordeste onde a agricultura familiar apresenta maior participação percentual (56,7% ou 57,6%) em relação ao Sul (50,0% ou 51,3%). Essas evidências, mais uma vez, reforçam as considerações anteriores de que é no Nordeste e não no Sul onde a pluriatividade tem contribuído significativamente para sustentar a agricultura familiar.

As duas regiões, Nordeste e Sul, representavam juntas 71% dos estabelecimentos familiares do país (MDA/ICRA/FAO (2000) – dados do Censo Agropecuário de 1995/1996). Entretanto, enquanto a agricultura familiar da região Sul distingue-se por ser mais dinâmica social e economicamente, capitalizada e integrada aos mercados, na região Nordeste ela se apresenta assinalada por uma realidade marcada pelo empobrecimento, por se manter excluída

---

<sup>25</sup> Schneider (2003), Anjos (2003).

<sup>26</sup> Como estava-se trabalhando só com as famílias conta-próprias e assalariados, resolveu-se nessa tabela fazer os cálculos ora só com as referidas famílias, ora incluindo as famílias de empregadores com até dois empregados agrícolas e pluriativos (que também compõem junto com as famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativos o universo da agricultura familiar). Todavia, pode-se ver que as diferenças são irrelevantes.

dos circuitos econômicos e das políticas públicas e com terras insuficientes e de baixa qualidade. No Nordeste 58,8% dos estabelecimentos familiares são minifúndios com área até 5ha (área média de 1,7ha), os quais somados aos 21,9% dos estabelecimentos com 5ha a menos de 20ha (área média de 9,8ha), atinge-se 80,7% do total de estabelecimentos familiares da região, conforme pode-se verificar no citado relatório do MDA/INCRA/FAO.

Tabela 4: Evolução da participação (%) da **agricultura familiar** (famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativos, *sem* e *com* empregadores – agrícolas e pluriativos – com até 2 empregados) no conjunto de famílias rurais agropecuárias, segundo as regiões: 1992/99 e 1995/99.

Região: 1992/99 e 1995/99:									
REGIÕES	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
								1992/99 <sup>a</sup>	1995/99 <sup>a</sup>
<b>Sem empregador com até 2 empreg.</b>									
Nordeste	55,3	52,4	57,0	51,0	54,9	53,0	56,7	0,2	0,3
Sul	61,4	60,9	58,0	54,8	54,4	51,2	50,0	-3,0 ***	-3,6 ***
<b>Com empregador com até 2 empreg.</b>									
Nordeste	56,8	53,6	58,1	52,2	56,1	54,2	57,6	0,1	0,2
Sul	62,8	62,3	59,8	55,9	56,2	52,4	51,3	-3,0 ***	-3,6 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD 1992 a 1999 - Tabulações Especiais Projeto Rurbano, IE/Unicamp

Em regiões pobres como o Nordeste brasileiro, cujas características da agricultura familiar são as descritas acima, quando (ou onde) a pluriatividade se expande (prospera) certamente é por mera estratégia de sobrevivência, particularmente, de uma parcela das famílias rurais agropecuárias majoritariamente pobres. Defende-se aqui que se essa região vier a enfrentar um processo de progresso econômico com transformações ao nível de sua estrutura produtiva nos diferentes espaços das economias locais (urbano e rural), reproduzindo o modelo de modernização conservadora sem que o Estado “possa” intervir, através de um conjunto de medidas de políticas públicas, estimulando a manutenção do vínculo à terra e simultaneamente o acesso a mercados de trabalho em expansão fora do circuito agropecuário, o que se pode esperar em relação à pluriatividade e à agricultura familiar é exatamente o que foi posto em evidência nas tabelas apresentadas, no tocante à região Sul: uma contínua retração.

A pluriatividade na região Sul se deprime a cada ano da década de noventa, não em função primordial de eventuais deslocamentos de alguns setores coureiro-calçadistas e têxteis daquela região para outra, mas, deve-se, principalmente, a duas outras causas. Por um lado, à crise agrícola materializada sob vários aspectos: antes de tudo, pelo desmonte de vários aparelhos do Estado que davam aporte técnico e científico às inovações e extensão rural; deve-se também às transformações estruturais incididas na agricultura brasileira, provocadas pela “modernização



conservadora” e um conjunto de condicionantes macroeconômicos típicos da década de 90 (mudanças no financiamento da produção – o desmonte da política de preços mínimos –, política de abertura comercial e acirramento da concorrência com os produtos estrangeiros e sobrevalorização cambial como estímulo às importações); alia-se a esses fatores a redução do ritmo de inovação no setor agropecuário (Graziano da Silva & Del Grossi, 2000).

Entre os efeitos provocados por esses fatores pode-se destacar a queda da rentabilidade dos principais produtos da agropecuária brasileira que, segundo Lopes (1996; *apud* Graziano da Silva, 1999), reduziram-se, em média, 40% na comparação do período 1981-85 com o quinquênio 1991-95. A queda dos preços não apenas afastou os interessados em obter lucro com o “negócio agrícola” como diminuiu, rapidamente, as rendas gerais na agricultura brasileira.

Por outro lado, deve-se também a ainda pouca importância dada à pluriatividade, tanto pelos formuladores de políticas voltadas para os problemas rurais-urbanos, como também pelos demandadores das referidas políticas. Esse é o caso do maior Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF que o Brasil já teve, que ao fim e ao cabo, acaba reproduzindo, sustentado na imagem do “verdadeiro agricultor” e no estímulo à competitividade, o modelo agrícola produtivista, resultando na exclusão de um amplo contingente de produtores classificados como “inviáveis” mercadologicamente ou inadequados em termos de infra-estrutura disponível (Carneiro, 2000).

O entendimento que está implícito na concepção original do PRONAF de que o desenvolvimento do país passa necessariamente pela agricultura familiar fez com que essa categoria social passasse a ser “merecedora” de políticas específicas com o intuito de fortalecê-la. Contudo, seguindo à risca a idéia de tornar a agricultura familiar (dos “verdadeiros agricultores”, segundo Carneiro) “viável” frente ao mercado competitivo da agricultura patronal<sup>27</sup>, os recursos do PROCAF-C têm se concentrado na fração menor dos estabelecimentos da agricultura familiar que “coincide” com os estabelecimentos classificados no grupo D (10,1% do total B, C e D) que é o grupo de estabelecimentos rurais familiares mais capitalizados e estruturados do país. Além disso, é na região Sul onde se concentram a maior parte dos recursos apropriados por esse grupo (57% dos estabelecimentos do grupo D localizam-se nessa região). *“Assim, pode-se afirmar que a elevada participação da agricultura familiar sulina, que apresenta, em grande medida, integração à*

---

<sup>27</sup> “Pode-se afirmar que os mercados poderiam ser considerados competitivos entre os produtores agrícolas. Mas se considerarmos que do outro lado do mercado estão grande capitais (...) esses mercados certamente não poderão ser considerados competitivos”. Citação de Moreira (1997) em Carneiro (2000: 135), a partir da qual a autora chama atenção para essa questão que é de fundamental importância para a agricultura familiar no Brasil.

*agroindústria, capacidade financeira e nível tecnológico, revela a ascendência do segmento consolidado da agricultura familiar na obtenção do crédito do PRONAF” (Ferreira, Silveira e Garcia, 2001).*

É, portanto, pela conjugação dos fatores delineados acima – crise agrícola, tendência à concentração dos recursos no segmento familiar mais estruturado e com elevado grau de integração ao setor agroindustrial e, em acréscimo, existência de maiores oportunidades ocupacionais não-agrícolas (nas economias locais), todos esses acompanhados dos avanços na intensificação do uso de máquinas na fase final do ciclo produtivo agrícola – que na região Sul do país a agricultura familiar tem definido em quantidade e proliferam as **famílias não-agrícolas**.

Observando a tabela 5 nota-se o forte e significativo encolhimento da participação das famílias agrícolas e pluriativas no total de famílias rurais agropecuárias (conta-próprias, assalariados e não-ocupados) na região Sul. E que, ao contrário dessa tendência, observa-se um crescimento mais forte ainda das famílias não-agrícolas sulinas. No Nordeste as famílias agrícolas e pluriativas permanecem com uma participação estável, enquanto cresce a participação das famílias não-agrícolas, embora com um nível de significância menor em relação a seus pares sulinos. Portanto, se for o caso de falar de um “fenômeno” no meio rural do Brasil nos anos 90, este pode ser visualizado fora dos estabelecimentos da agricultura familiar e não no seu interior. Trata-se do aumento das famílias não-agrícolas, entre ricos e pobres.

Tabela 5: Evolução da participação (%) das famílias não-agrícolas, pluriativas e agrícolas no conjunto de famílias rurais agropecuárias (conta-próprias, assalariados e não-ocupados), segundo as regiões: 1992/99 e 1995/99.

agropecuárias (conta próprias, assalariados e não-ocupados); segundo as regiões: 1992/99 e 1995/99.									
REGIÕES	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	tx cresc. (% aa.)	tx cresc. (% aa.)
								1992/99 <sup>a</sup>	1995/99 <sup>a</sup>
<b>Famílias não-agrícolas</b>									
Nordeste	8,5	12,0	9,6	11,7	10,9	14,5	12,3	4,7 **	7,4 *
Sul	13,2	14,7	16,0	18,8	19,4	21,2	22,1	7,8 ***	8,0 ***
<b>Famílias pluriativas</b>									
Nordeste	25,8	31,8	25,0	20,8	23,5	30,3	27,7	-0,3	5,9
Sul	18,0	16,8	18,0	16,5	16,3	16,1	14,8	-2,1 ***	-4,0 ***
<b>Famílias agrícolas</b>									
Nordeste	55,1	46,8	54,5	53,4	54,2	44,8	50,2	-0,9	-3,4
Sul	62,7	62,8	59,0	58,1	57,1	54,3	53,9	-2,3 ***	-2,5 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD 1992 a 1999 – Tabulações Especiais Projeto Rurbano, IE/Unicamp

Esses dados apontam para um terceiro ponto importante a ser desenvolvido. Ou seja, o de que o objetivo de estimular e fortalecer a pluriatividade com o intuito de promover o novo desenvolvimento rural – através do subsequente fortalecimento da fração da agricultura familiar

mais desprovida de infra-estrutura, tecnologia, acesso aos circuitos mercantis (e até mesmo dos recursos do próprio PRONAF<sup>28</sup>) – **não é suficiente**. Nas áreas rurais agropecuárias do Brasil como um todo (nessas áreas estavam domiciliadas a maior fração das famílias rurais, por volta de 83%, em 1999), o universo das famílias que compõem a agricultura familiar é menos da metade (44,6%) do conjunto total de famílias domiciliadas nessas áreas. Isso significa que a maioria das famílias rurais é formada de conta-próprias não-agrícolas, de assalariados, de não-ocupados, além da agricultura patronal (empregadores com mais de dois empregados).

Além do mais, nesse cenário cada vez mais heterogêneo e desfavorável à manutenção do tamanho do conjunto da agricultura familiar, o verdadeiro fenômeno (se é que se pode usar esse termo) que ganha vulto no Brasil rural (especialmente na parte mais moderna) é a forte e significativa ascensão das famílias não-agrícolas.

Do ponto de vista das políticas públicas estas constatações significam que as demandas sócias no campo não são somente as da agricultura familiar modernizada – apoio à intensificação da competitividade –, de um lado, e as da agricultura familiar mais frágil (“inviável” para a concorrência de mercado) – incitação à pluriatividade, –, de outro. Mas, orientado pelas tendências, sobretudo, deve-se considerar a crescente presença de famílias não-agrícolas (conta-próprias e assalariadas) domiciliadas nas áreas rurais agropecuárias do país e avaliar se não deve ser pelo atendimento de suas demandas – sem negligenciar a importância de atender os distintos segmentos da agricultura familiar – que as políticas destinadas a redesenhar as instituições “rurais” empenhadas com a construção do novo desenvolvimento rural, devem seguir<sup>29</sup>.

Dito de outra forma, muitas famílias estão permanecendo no meio rural completamente desconectadas da dinâmica agrícola (a não ser como consumidoras) e, como veremos na seção seguinte, essas mesmas famílias (não-agrícolas) apresentam índices de qualidade material de vida (e de rendimentos) superiores às demais (agrícolas e pluriativas). E que, por estas razões – aumento significativo espetacular, melhores índices em diferentes indicadores de qualidade de vida – importa estimular a conversão de muitas famílias rurais em famílias não-agrícolas (já que a idéia de fundo do novo desenvolvimento rural é melhorar as condições de vida nos domicílios rurais e não apenas atender a estreiteza da concepção produtivista), particularmente as famílias de

---

<sup>28</sup> Os quais têm se concentrado na parcela da agricultura familiar mais consolidada e mais integrada aos canais de comercialização e às agroindústrias.

<sup>29</sup> Não cabe nesse trabalho discutir a capacidade orçamentária do Estado para fazer frente a todas as demandas sociais que estão sendo delineadas ao longo do texto. Ao levantar o rol de demandas sociais (cada dia mais heterogêneas) existentes no meio rural, procuro construir um quadro mais dinâmico das tendências das famílias rurais com o intuito de subsidiar futuras (opções de) políticas públicas.

não-ocupados, que também representam outro “fenômeno” no meio rural, cujas taxas de crescimento significativas também são espetaculares (talvez mais adequado seria dizer assombroso), conforme mostra a tabela 6 adiante.

O antigo agricultor de subsistência se caracteriza hoje por “gerir” uma economia de subsistência, onde os trabalhos fora do estabelecimento têm um papel muito importante. Hoje, portanto, deve-se construir políticas públicas que além de tratar das questões produtivas *strictu sensu*, como crédito, comercialização e investimento – dando especial destaque à produção de subsistência – incorpore os aspectos relativos à infra-estrutura econômico-social, à gestão dos territórios, aos serviços e bens públicos – tais como moradia, saúde, educação, transporte, saneamento, etc – assim como também, sobretudo, ao fomento de atividades não-agrícolas. Assim, as ações governamentais devem canalizar seus recursos não apenas para as atividades produtivas (estabelecimento), mas imperativamente também para os domicílios (famílias) e as condições de vida destes.

Em acréscimo a estas ponderações, não é demasiado lembrar que as famílias rurais não-agrícolas estão crescendo mais rápido do que seus pares urbanos (tabelas 1 e 3). Isso significa que se o meio urbano não oferece mais atrativos suficientes, o rural está cumprindo esta função e deve cumpri-la cada vez mais, pois a resolução dos problemas da “questão urbana” passa pelo melhor uso que se fizer do meio rural (da “questão rural”).<sup>30</sup>

Por fim, ocorre que se deve ter em mente que não é todo o contingente de famílias de conta-próprias da agricultura familiar (agrícola e pluriativa) que está se convertendo em famílias não-agrícolas (conta-próprias ou assalariados). Os dados também ressaltam o alarmante crescimento das famílias de não-ocupados, cujo universo se expandiu muito rapidamente no meio rural agropecuário da região Sul, como pode ser conferido na tabela 6. Pode-se observar nessa tabela que o conjunto das famílias de não-ocupados residentes nas áreas rurais agropecuárias do Sul cresceram muito mais rápido do que o total de famílias domiciliadas nas referidas áreas. Diversamente do Nordeste, no Sul esse contingente familiar cresceu mais rápido nos rurais agropecuários do que nas áreas urbanas.

Esses dados respaldam, mais uma vez, a importância de não se repetir no Nordeste a modernização nos moldes em que ocorreu no Centro-Sul do país, porque senão o risco de se acumular um insustentável contingente de famílias de não-ocupados nos rurais do Nordeste

---

<sup>30</sup> Moyano (1997); Schejtmann (2000); Wanderley (s.d), entre outros.

(latente potencial gerador de tensões sociais) é muito provável, consoante as tendências apontadas acima (e reforçadas pela tabela 6). Alves (2001) chama a atenção para o fato de que o Nordeste é uma região com o maior potencial para provocar um êxodo-rural que segundo as suas contas pode resultar de um excedente de até 12 milhões de pessoas – considerando uma possível convergência com a região Sul em termos de produtividade: “*Como o Nordeste produz 2/5 do que produz o Sudeste, para se ter, no meio rural, uma população equivalente à da região mais ao Sul, mantendo-se a produção constante, 2,741 milhões de habitantes (2/5\*6,852) seriam suficientes. O excedente da população rural seria, então, de 12,019 milhões de pessoas*” (Alves, 2001: 29)<sup>31</sup>.

Tabela 6: Evolução do total das famílias e das famílias de não-ocupados, segundo o local de domicílio e as regiões Nordeste e Sul, 1992-1999. (1.000 famílias)

e Sul, 1992-1999: (1.000 famílias)						
REGIÕES	Não-Ocup 1992	Não-Ocup 1999	Taxa de cresc. das Fam. de Não-Ocupados		Taxa de cresc. do total de famílias	
			1992/1999 <sup>a</sup>	1995/1999 <sup>a</sup>	1992/1999 <sup>a</sup>	1995/1999 <sup>a</sup>
<b>NÃO METROPOLITANO</b>						
<b>URBANO URBANIZADO</b>						
Nordeste	546	813	5,7 ***	3,8 ***	3,0 ***	2,7 ***
Sul	337	555	7,6 ***	7,7 ***	3,1 ***	2,7 ***
<b>NÃO METROPOLITANO</b>						
<b>RURAL AGROPECUÁRIO</b>						
Nordeste	290	292	1,7	-3,3	1,0 ***	1,5 ***
Sul	73	110	6,4 ***	9,1 ***	0,2 ***	0,6 **

<sup>a</sup> Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20% de significância.

Fonte: PNAD 1992 a 1999 - Tabulações Especiais Projeto Rurbano IE/Unicamp.

#### 4. As condições materiais de vida dos domicílios rurais agropecuários no Nordeste e no Sul.

Após analisar a tabela 7 teremos uma breve noção do quanto que o novo desenvolvimento rural, particularmente na região Nordeste que abriga quase a metade da população rural do país, deve “transcender” a restrita discussão sobre a necessidade de apoiar ou não a agricultura familiar. Ou seja, o desenvolvimento rural deve abarcar para além da “produção agrícola” (do estabelecimento), condições materiais de vida (nos domicílios), saúde, educação, habitação, opções diversificadas de ocupação e renda, etc.

A proporção de domicílios com determinada infra-estrutura e com posse de algum bem foi calculada em relação ao total de domicílios com informação sobre a existência ou não de determinada infra-estrutura ou bem.

<sup>31</sup> Ao contrário, porém, do que pensa Alves, se não houver outras alternativas (estranhas à agricultura) para geração de emprego e renda no meio rural, isso sim potencializará o êxodo rural – embora, talvez, não tanto quanto nos anos 70, quando o próprio dinamismo urbano-industrial absorvia os expulsos dos campos, já que mesmo que a economia urbano-industrial volte a crescer a taxas menos medíocres (em relação às alcançadas nos anos 80s e, sobretudo, nos 90s) não mais absorverá o excedente de mão-de-obra desempregada ou subempregada (Mattoso & Baltar, 1996).

A tabela 7 mostra que de uma forma quase geral as condições de infra-estrutura dos domicílios rurais agropecuários da região Nordeste, em 1999, continuavam muito aquém dos seus pares do Sul. Em se tratando de ter água canalizada em algum cômodo, pode-se ver que enquanto no Sul praticamente, em média, 90% das famílias estão servidas dessa infra-estrutura, no Nordeste não se chega a um quarto dos domicílios tanto das famílias de conta-próprias como das famílias de assalariados e de não-ocupados.

Com uma diferença um pouco menor, pode-se ver a defasagem das famílias rurais agropecuárias do Nordeste diante das famílias do Sul quanto à existência de banheiro em seus domicílios. Com menos diferença ainda, mas também aquém dos seus pares do Sul encontram-se os domicílios no Nordeste que têm água canalizada de rede geral e iluminação elétrica.

Um bem importante para a comunicação entre os que residem (ou estão de passeio, visita ou como turista) no meio rural e o mundo urbano é o telefone. Pode-se ver, porém, que em todas as áreas rurais agropecuárias em análise (Nordeste e Sul) ainda é bastante reduzido o acesso a esse bem. No entanto, enquanto praticamente, na média global, 14% das famílias do Sul já se utilizam desse meio de comunicação, no Nordeste apenas 1%, em média, dos domicílios estão servidos desse bem.

Tabela 7: Porcentagem (%) de famílias com algum tipo de infra-estrutura domiciliar e com algum tipo de posse de bens, segundo o local de domicílio e a região: 1999.

LOCAL DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Água canalizada em algum cômodo do domicílio		Água canalizada da rede geral		Banheiro		Energia elétrica		Telefone	
	Nordeste	Sul	Nordeste	Sul	Nordeste	Sul	Nordeste	Sul	Nordeste	Sul
<b>RURAL AGROPECUÁRIO</b>										
<b>Conta-próprias</b>										
Agrícolas	10,0	84,1	12,6	13,4	33,5	92,0	40,6	92,4	0,4	11,3
Pluriativas	12,1	89,4	12,8	16,0	34,6	97,0	56,5	96,2	0,5	17,0
Não-agrícolas	24,1	88,0	28,6	30,2	58,6	93,1	77,3	95,7	2,4	30,1
<b>Assalariados</b>										
Agrícolas	13,8	83,5	9,4	12,8	34,0	87,2	53,8	84,7	1,0	5,3
Pluriativas	15,7	87,5	14,6	27,6	37,8	95,9	65,7	95,8	0,9	8,4
Não-agrícolas	24,8	91,1	25,5	43,0	54,6	97,1	78,2	95,9	1,4	14,7
<b>Não-ocupados</b>	10,5	78,4	12,8	24,2	35,5	90,4	53,0	83,1	1,1	7,9

Fonte: PNAD 1999 - Tabulações Especiais Projeto Rurbano (IE/Unicamp).

Além do mais, esses baixos índices dos diferentes indicadores das condições de vida das famílias rurais agropecuárias do Nordeste em relação às suas congêneres do Sul refletem seus níveis de renda familiar *per capita* média (tabela 8). Pode-se ver nessa tabela que as menores rendas familiares *per capita* médias são das famílias (agrícolas, pluriativas e não-agrícolas) nordestinas, confirmando sua relação com os piores índices quanto aos indicadores de nível de

vida apresentados por estas mesmas famílias. Mas que, por outro lado, dentro de cada região, são as *famílias não-agrícolas* as que detêm a maior renda familiar *per capita* média, sendo seguidas pelas famílias pluriativas e, por último, pelas famílias agrícolas. Esse último dado subsidia uma outra observação importante. A de que praticamente, indiferentemente da região, os melhores índices apresentados são das *famílias não-agrícolas* – com exceção daqueles casos em que os três tipos de famílias (agrícolas, pluriativas e não-agrícolas) estão quase plenamente atendidos.

Tabela 8: Renda familiar *per capita* média das famílias rurais agropecuárias, segundo a região: 1999.

TIPO DE FAMÍLIA / REGIÃO	Conta-próprias		Assalariados	
	Nordeste	Sul	Nordeste	Sul
Agrícola	71,72	143,99	59,55	93,54
Pluriativo	69,63	205,37	71,56	134,73
Não-agrícola	94,81	268,01	72,85	175,21

Fonte: PNAD 1999 - Tabulações Especiais Projeto Rurbano IE/Unicamp.

## 5. Uma síntese dos pontos centrais do trabalho

1) No Brasil, onde a pluriatividade cresce (prospera) e sustenta a agricultura familiar é fundamentalmente na região mais pobre do país: região Nordeste; 2) Numa possível conjuntura de crescimento econômico na região Nordeste (nas economias locais do interior da região), nos moldes da “modernização dolorosa” ocorrida no Centro-Sul do país (a partir dos anos 50), não convém aguardar como uma das resultantes o crescimento/expansão da pluriatividade intersetorial; 3) Por esta razão, não dá para esperar que a pluriatividade nos rurais do Nordeste (que certamente continuará existindo, porém, não mais se expandindo) – sem o comando do poder público “construindo” uma “cultura da pluriatividade” – sustente a agricultura familiar mais desestruturada do ponto de vista da concorrência capitalista. Esta se converterá, paulatinamente, em famílias não-agrícolas ou famílias de não-ocupados; 4) O verdadeiro “fenômeno” nas áreas rurais do Brasil (especialmente nas mais modernas) não se encontra no interior da agricultura familiar, mas fora dela: trata-se das famílias não-agrícolas e de não-ocupados, nos anos 90.

## 6. Referências Bibliográficas

ALVES, E. (2001). Quem ganhou e quem perdeu com a modernização da agricultura brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural – SOBER*. Brasília, v. 39, n. 3, jul/set.

- ANJOS, F. S. (2003). *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL. 374p.
- ANTUNES, R. (1995). *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. Cortez/Unicamp, São Paulo.
- BAPTISTA (2000). Famílias e Explorações Agrícolas. In: *Agricultura e Territórios*. Celta Ed., Lisboa.
- CARNEIRO, M. J. (2000). Política de desenvolvimento e o “novo rural”. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J.(orgs.). *O Novo Rural Brasileiro: uma análise Nacional e regional*. Jaguariúna, Embrapa-Meio Ambiente, IE/Unicamp, 2000. (4 volumes), v.4.
- ETXEZARRETA, M. (1995). *La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias*. Madrid, Ministerio Agricultura (Serie Estudios)
- FERREIRA, B., SILVEIRA, F. G., GARCIA, R. C. (2001). A Agricultura Familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J. G., CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (orgs.); FERREIRA, B. .... [et al] (2001). *Transformações da Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA.
- GORZ, A. (2003). *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume. 248p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1981). *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 192 p (Coleção Agricultura e Sociedade).
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, SP: UNICAMP-IE. (Coleção Pesquisas, 1).
- GRAZIANO DA SILVA, J. & DEL GROSSI, M. E. (2000). A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90. In: RATTNER, H. (org.). *O Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo, Edusp. P. 139-158.
- HERVIEU, B. (1996). Los Campos del Futuro. Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion. *Serie Estudios*, n. 118.
- HILL, B. F. (1984). *The Common Agricultural Policy: Past, Present and Future*. London, Methuen.
- HOFFMANN, R. (1999). *Distribuição da Renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco*. Campinas, SP. Unicamp-IE.



- KAGEYAMA, A. (1998). Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*. v.2, n. 3, p. 515-51, jul/set 1998.
- MARQUES, M. (1988). *A Política Agrícola Comum da CEE*. Brasília, CFP (Estudos Especiais, 22).
- MATTEI, L. F. (1999). *Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina*. Campinas, SP. IE-Unicamp. (Tese de doutoramento)
- MATTOSO, J. E. L. (1994). O Novo e Inseguro Mundo do Trabalho nos Países Avançados. In: Oliveira, C. A. ... [et al] (1994). *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. Campinas, Ed Página Aberta. MTb / PNUD / Unicamp-IE-Cesit, 1994 p.p. 521-562.
- MATTOSO, J. E. & BALTAR, P. E. A. (1996). *Transformações estruturais e emprego nos anos 90*. Campinas, SP: UNICAMP. IE. CESIT (Cadernos do CESIT, n. 21), 23p.
- MDA/INCRA/FAO (2000). Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto. Brasília.
- NASCIMENTO, C. A. (2002). *Evolução das famílias extensas no Brasil e Grandes Regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999*. Campinas, SP: IE/Unicamp. (dissertação de mestrado)
- SCHEJTMAN, A. (2000). La cuestión urbana en el desarrollo rural: elementos para una reformulación de las políticas. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J.(orgs.). *op. cit*, v.4.
- SCHNEIDER, S. (2003). *Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 354p.
- SCHNEIDER, S. (2000) *Pluriatividade e Agricultura Familiar*. Campinas, SP. Unicamp/IFCH. (tese de doutoramento)
- SCHNEIDER, S. & NAVARRO, Z. (2000). Emprego Agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J.(orgs.). *op. cit* v.3.
- SOUZA, M. (2000). *Atividades Não-Agrícolas e Desenvolvimento Rural no Estado do Paraná*. Campinas, SP. Unicamp-FEAGRI. (tese de doutoramento)
- WANDERLEY, M. N. B. (s.d). *A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. Texto capturado da internet sem registro de data ([www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/publicaciones/fcatalogo.html](http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/publicaciones/fcatalogo.html))